

Bancada fala com Janot para tentar salvar Fundap

Marcos Rosetti

BRASÍLIA

A bancada federal decidiu ontem recorrer à Procuradoria Geral da República (PGR) contra o projeto do Senado que inviabilizou o Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (Fundap). A mudança nas regras do fundo reduziu as alíquotas de 12% para 4%.

Trecho de uma carta enviada ontem ao procurador Rodrigo Janot diz que a bancada ficou surpresa com a informação de que o Espírito Santo teria sido prejudicado por manobra envolvendo senadores e a União.

“O impacto da medida gerou alarmantes perdas sociais afetando negativamente o financiamento do Programa Nosso Crédito, destinado aos pequenos e microempreendedores”.

Em outro trecho da carta a bancada comunica que irá oferecer denúncia formal ao Ministério Público Federal (MPF). A descoberta da manobra política foi possível com a delação do ex-diretor da Odebrecht Claudio Melo Filho, feita no âmbito da Operação Lava a Jato.

Ele disse que a empresa pagou R\$ 4 milhões a senadores pela aprovação do projeto de Resolução do Senado 72/2010. Essa informação, no entanto, ainda precisa ser homologada.

A senadora Rose de Freitas solicitou reunião da bancada com Janot, que ficou marcada para amanhã, às 10h30. “O Estado foi o único que perdeu incentivo com a votação do projeto, o que beneficiou o porto de Santos, administrado pela Odebrecht”.

O coordenador da bancada, deputado Marcus Vicente, encomendou à Câmara estudo para conhecer os prejuízos que o Espírito Santo teve com a mudança do Fundap: “Nós vamos levar ao procurador documento assinado pela bancada expressando discordância. E pedir ressarcimento aos municípios devido à redução da alíquota”.

Dos 13 membros da bancada, cinco não participaram da reunião de ontem, inclusive Ricardo Ferraço e Magno Malta. Eles anunciaram medidas para tentar salvar o Fundo, como o projeto de resolução do Senado 61 que, se aprovado, revoga a resolução 13, de 2012, que estabeleceu alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS).

MARCOS ROSETTI/AGÊNCIA CONGRESSO

